



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

MANHÃ

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO CONTROLE EXTERNO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (quatro) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

As frases a seguir mostram forma negativa.

Assinale a opção em que a modificação para a forma positiva mantém o sentido original.

- (A) Não gosto de malhar, pois é muito cansativo. / Odeio malhar, pois é muito cansativo.
- (B) Se você não consegue ganhar, faça o colega de sua frente quebrar o recorde. / Se você vai ser derrotado, faça o colega de sua frente quebrar o recorde.
- (C) A maioria dos homens morre de seus remédios, e não das suas doenças. / A maioria dos homens morre de seus remédios, mas sim de suas doenças.
- (D) Dizem que doce de leite dá dor de barriga, mas eu não tenho. / Dizem que doce de leite dá dor de barriga, mas eu dispenso.
- (E) Você não pode fazer uma cesta de três pontos debaixo da tabela. / Você pode desfazer uma cesta de três pontos debaixo da tabela.

2

Assinale a frase que apresenta um modo de organização discursiva **diferente** do injuntivo.

- (A) Viva como se tivesse que morrer como mártir hoje.
- (B) Viva rápido, morra jovem e seja um cadáver bonito.
- (C) Quem não fica velho, morre moço.
- (D) Não desejar a mulher do próximo!
- (E) Renove sua vida, dizem os velhos mitos, e o universo será seu

3

Assinale a opção em que a preposição A – sozinha ou combinada – tem valor semântico diferente dos demais.

- (A) O Presidente, com sua mulher, acompanhou os convidados à sala de música.
- (B) O policial atirou-se ao chão, cobrindo a cabeça com as mãos.
- (C) O ministro deverá ir a São Paulo ainda hoje para a recepção dos novos diplomatas.
- (D) Os seguranças dirigiram-se aos carros dos ministros e os acompanharam no desfile.
- (E) O banqueiro é sócio do empresário em um hotel à Rua Santa Clara, em Copacabana.

4

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.

- (A) Nunca se deite irritado. Levante-se e lute.
- (B) Nada há tão difícil que, procurando-o, não possa ser encontrado.
- (C) Considerando-se eles sábios, tornaram-se imbecis.
- (D) É instintivo da mente humana que aquilo que mais se proíbe ao homem, mais ele deseja.
- (E) Os homens sábios não perdem tempo com insetos.

5

Assinale a opção em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- (A) Não é preciso muito para ser um produtor de coelhos. Você coloca um casal numa gaiola e é tudo. / para que se fosse.
- (B) É raro alguém querer ouvir aquilo que não quer ouvir. / que alguém queira ouvir aquilo.
- (C) Para fazer fortuna, não é necessário ter talento; basta não ter correção. / Para que se faça, a posse de talento, não ser correto.
- (D) Para engrandecer-se na vida, foi preciso saber aproveitar a fase em que a fortuna lhe era favorável. / para que se engrandeça.
- (E) Perde o teu dinheiro em favor de teu irmão e de teu amigo, não o escondas debaixo de uma pedra para ficar ali escondido. / para seu eterno esconderijo.

6

Observe o seguinte texto descritivo:

“Observando-se pela janela do lado de fora da casa, a cozinha parecia desorganizada e suja; do lado de dentro, no entanto, a sensação de aconchego estava presente. As xícaras fumegantes sobre a mesa aumentavam o desejo de todos os excursionistas”.

O tipo de descrição realizada nesse texto é o de

- (A) Descrição cinematográfica, em que o objeto descrito é móvel e o observador imóvel.
- (B) Descrição cronográfica, em que há a preocupação de marcar uma época determinada.
- (C) Descrição pictórica, em que o objeto da descrição e o observador estão imóveis.
- (D) Descrição topográfica, em que o objeto está imóvel e o observador, em movimento.
- (E) Descrição dinâmica, em que o objeto da descrição e o observador estão em movimento.

7

Assinale a opção em que ocorre paralelismo sintático.

- (A) As palavras são a mágica da mente; comida, a do corpo, e a música é a mágica da alma.
- (B) As coisas não acontecem simplesmente, elas são feitas para acontecer.
- (C) Prefiro a mente aberta por um milagre do que a mente fechada por uma crença.
- (D) Os dez mandamentos são bem conhecidos, bem compreendidos, mas mal vividos.
- (E) Diga “sim” sempre que possível e “não” quando necessário.

8

Assinale a opção em que a troca de posição realizada na frase é feita de forma a provocar modificação de sentido.

- (A) Alguns me acham antipático porque minha cara não espelha minha alma / Porque minha cara não espelha minha alma, alguns me acham antipático.
- (B) Os espíritos mais elevados são capazes das maiores faltas e das maiores virtudes / Os espíritos mais elevados são capazes das maiores virtudes e das maiores faltas.
- (C) Diga “sim” sempre que possível e “não” sempre que necessário / Diga “não” sempre que necessário e “sim” sempre que possível.
- (D) A sabedoria é a compreensão do eu e do mundo / A sabedoria é a compreensão do mundo e do eu.
- (E) São as nossas escolhas e não as nossas habilidades que verdadeiramente mostram quem somos / São as nossas habilidades e não as nossas escolhas que verdadeiramente mostram quem somos.

9

Assinale a opção em que houve erro na construção da frase, por troca indevida entre O/LHE.

- (A) Não há prazer em conseguir-se algo e não o dividir com os demais.
- (B) A minha vontade é firme, mas a minha disposição de obedecer-lhe é fraca.
- (C) Se quiser conhecer verdadeiramente um homem, dê-lhe autoridade.
- (D) Um tolo sempre acha um mais tolo para seguir-lhe.
- (E) Devemos superar os abismos e nunca aprofundá-los.

10

Nas opções a seguir, assinale aquela em que houve um emprego desaconselhável da expressão “cerca de”.

- (A) Havia cerca de três dúzias de convidados para a festa;
- (B) Chegaram cerca de 100 mensagens no dia da festa.
- (C) Cerca de 18 comerciantes fecharam as lojas mais cedo.
- (D) Os cantores receberam cerca de uma centena de pedidos;
- (E) A fábrica produziu cerca de um milhão de estantes.

11

Todas as frases a seguir mostram termos ligados pela conjunção OU.

Assinale a opção em que essa conjunção mantém o valor de alternativa (e não de adição):

- (A) João ou Pedro devem ser eleitos presidente da empresa.
- (B) A alegria ou a tristeza fazem parte da vida.
- (C) Inglês ou francês são idiomas falados pelos turistas.
- (D) Os clientes leem livros ou revistas enquanto esperam.
- (E) Vasco ou Flamengo são times de longa tradição

12

Entre as opções a seguir, assinale aquela que mostra o acento grave indicativo da crase num contexto em que seu uso é optativo.

- (A) Quanto mais felizes somos, menos atenção prestamos à nossa felicidade.
- (B) De todos os caminhos que conduzem à riqueza, os mais seguros são a perseverança e o trabalho.
- (C) Se achares três mil-réis, leva-os à polícia; se achares três contos leva-os a um banco.
- (D) Derrote o medo da morte e dê boas-vindas à morte do medo.
- (E) Tudo o que vem da terra volta à terra e o que vem das águas volta ao mar.

13

Assinale a opção em que **não** está presente uma expressão ou termo indicativo de causa.

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida.
- (B) A História é como um estilingue. Quanto mais fundo você puxa, mais longe você alcança.
- (C) Algumas pessoas são o centro das atenções numa festa por terem ótimo senso de humor.
- (D) Em função de algumas declarações falsas, a repórter foi obrigada a desmenti-las.
- (E) Em vista do aumento de impostos, houve grande reclamação dos empresários.

14

Entre todas as frases a seguir, assinale aquela que só pode ser entendida no sentido figurado.

- (A) Sou como o dólar: mesmo que esteja em baixa, tenho valor.
- (B) Eu sei de que lado meu pão tem manteiga.
- (C) Não acuse o mar por teu segundo naufrágio.
- (D) Quem vive contente com nada, possui todas as coisas.
- (E) Levo comigo tudo o que é meu.

15

Todas as frases abaixo estão separadas em dois segmentos.

Assinale a opção em que a relação lógica entre esses segmentos está corretamente indicada.

- (A) As testemunhas custam muito caro / e não as tem quem quer. / explicação.
- (B) Quanto mais proeminentes são as leis e a ordem, / mais ladrões e assaltantes haverá. / comparação.
- (C) A ginástica é vulgar porque faz as pessoas cheirarem mal. / causa e consequência.
- (D) O jogo foi interrompido porque o chapéu de um dos espectadores voou para a quadra. / relação temporal.
- (E) A mente, como o lar, é mobiliada pelo proprietário, portanto se sua vida for fria e árida, a culpa será somente dele. / conclusão.

Língua Inglesa

READ THE TEXT AND ANSWER QUESTIONS 01 to 08:

Artificial intelligence and the future of humanity

Thinking and learning about artificial intelligence are the mental equivalent of a fission chain reaction. The questions get really big, really quickly.

The most familiar concerns revolve around short-term impacts: the opportunities for economic productivity, health care, manufacturing, education, solving global challenges such as climate change and, on the flip side, the risks of mass unemployment, disinformation, killer robots, and concentrations of economic and strategic power.

Each of these is critical, but they're only the most immediate considerations. The deeper issue is our capacity to live meaningful, fulfilling lives in a world in which we no longer have intelligence supremacy.

As long as humanity has existed, we've had an effective monopoly on intelligence. We have been, as far as we know, the smartest entities in the universe.

At its most noble, this extraordinary gift of our evolution drives us to explore, discover and expand. Over the past roughly 50,000 years—accelerating 10,000 years ago and then even more steeply from around 300 years ago—we've built a vast intellectual empire made up of science, philosophy, theology, engineering, storytelling, art, technology and culture.

If our civilisations—and in varying ways our individual lives—have meaning, it is found in this constant exploration, discovery and intellectual expansion.

Intelligence is the raw material for it all. But what happens when we're no longer the smartest beings in the universe? We haven't yet achieved artificial general intelligence (AGI)—the term for an AI that could do anything we can do. But there's no barrier in principle to doing so, and no reason it wouldn't quickly outstrip us by orders of magnitude.

Even if we solve the economic equality questions through something like a universal basic income and replace notions of 'paid work' with 'meaningful activity', how are we going to spend our lives in ways that we find meaningful, given that we've evolved to strive and thrive and compete?

Adapted from <https://www.aspistrategist.org.au/artificial-intelligence-and-the-future-of-humanity/>

16

According to the text, the word that "this extraordinary gift" (5th paragraph) refers to is our

- (A) world.
- (B) universe.
- (C) humanity.
- (D) monopoly.
- (E) intelligence.

17

The word "roughly" in "Over the past roughly 50,000 years" (5th paragraph) indicates a(n)

- (A) prevalence.
- (B) estimation.
- (C) exactness.
- (D) manner.
- (E) time.

18

The text ends in a note of

- (A) outrage.
- (B) appreciation.
- (C) indebtedness.
- (D) apprehension.
- (E) encouragement.

19

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F):

- () The author mentions the fact that AGI may supplant human faculties.
- () Ways in which we can lead meaningful lives are detailed.
- () AGI has already solved the problems of economic equality.

The statements are, respectively

- (A) F – T – F.
- (B) T – F – F.
- (C) T – T – F.
- (D) F – T – T.
- (E) F – F – T.

20

The first sentence presents a

- (A) consent.
- (B) condition.
- (C) complaint.
- (D) comparison.
- (E) compliment.

21

The expression "such as" in "such as climate change" (2nd paragraph) can be replaced without significant change in meaning by

- (A) like.
- (B) as to.
- (C) mostly.
- (D) except for.
- (E) disregarding.

22

In the second paragraph, “on the flip side” means

- (A) on purpose.
- (B) on principle.
- (C) on behalf of.
- (D) on no account.
- (E) on the other hand.

23

The opposite of “the smartest” (4th paragraph) is

- (A) the least naïve.
- (B) the most clever.
- (C) the most stupid.
- (D) the least foolish.
- (E) the most sensible.

Normas Específicas do Estado de Goiás

24

XX foi empossado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e foi informado que passaria a integrar a Câmara X desse Tribunal.

Por ter dúvidas em relação ao tempo em que permaneceria nessa Câmara e ao processo de escolha do respectivo Presidente, XX consultou o Regimento Interno, tendo concluído corretamente que

- (A) em razão da inamovibilidade, ele permanecerá na Câmara até que faça uma permuta para outra Câmara ou ocorra vacância que permita a sua remoção.
- (B) o Presidente será escolhido entre os ocupantes do cargo de Vice-Presidente, Corregedor-Geral ou Ouvidor do Tribunal.
- (C) o Presidente será escolhido livremente, pelo sufrágio dos integrantes da respectiva Câmara.
- (D) o Presidente será escolhido entre os dois Diretores de área da ESCOEX.
- (E) integrará a Câmara até que seja realizado o rodízio bienal.

25

Determinada Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Goiás aplicou sanções a João, ordenador de despesas no âmbito da Administração Pública indireta do poder público estadual, isto por ter constatado ilegalidade na realização de uma despesa. Irrresignado com o teor dessa decisão, João almejava obter a sua reforma com a interposição do recurso cabível.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- (A) não é cabível a interposição de recurso, já que os órgãos internos do Tribunal atuam como se fossem o próprio Tribunal.
- (B) pode ser interposto o recurso de reconsideração, a ser julgado pelas Câmaras Reunidas, desde que preenchidos os requisitos exigidos.
- (C) pode ser interposto o recurso de embargos infringentes, a ser julgado pelo Plenário, desde que preenchidos os requisitos exigidos.
- (D) pode ser interposto o recurso ordinário, a ser julgado pela própria Câmara, desde que preenchidos os requisitos exigidos.
- (E) pode ser interposto o recurso de revisão, a ser julgado pelo Plenário, desde que preenchidos os requisitos exigidos.

26

Joana foi empossada como auditora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Ciente de que, entre as atribuições afetas ao seu cargo, estava a de substituir os Conselheiros, consultou a Lei Orgânica do Tribunal em relação aos requisitos e às circunstâncias afetas a essa substituição, tendo concluído corretamente que

- (A) a substituição pressupõe que o respectivo Conselheiro a requeira.
- (B) a substituição dos Conselheiros, pelos auditores, observará critérios de rodízio.
- (C) há uma vinculação permanente entre ela, Joana, e determinado Conselheiro, para fins de substituição.
- (D) a sistemática de substituição é integralmente definida na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
- (E) é de competência exclusiva do Presidente do Tribunal a convocação dos auditores para substituir Conselheiros.

27

Determinado processo administrativo foi encaminhado para apreciação do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, ocasião em que, com base nas regras de distribuição, foi encaminhado ao Procurador de Contas XX. No momento da distribuição, dois assessores do Procurador-Geral de Contas debateram sobre a possibilidade, ou não, de serem estabelecidas orientações a serem observadas pelo Procurador que atuará no caso, quanto à análise do seu mérito.

Ao final do debate, os assessores concluíram corretamente que

- (A) não podem ser estabelecidas orientações vinculantes, em relação à análise do mérito.
- (B) por força do princípio hierárquico, as orientações podem ser estabelecidas e serão vinculantes.
- (C) será possível a revogação das conclusões do parecer, por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) as orientações podem ser estabelecidas, mas apenas no âmbito do planejamento estratégico, pelo colegiado competente do Ministério Público de Contas.
- (E) como o Ministério Público de Contas integra a estrutura do Tribunal de Contas, cabe a esta estrutura, por sua presidência, estabelecer as referidas orientações.

28

Maria, servidora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, teve conhecimento, em sua vida privada, de que Joana, também servidora dessa estrutura orgânica, não era assídua e frequente ao serviço, o que comprometia o regular funcionamento do setor a que estava vinculada.

Ao analisar o Código de Ética para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Maria concluiu corretamente que

- (A) tem a faculdade de informar ao superior hierárquico de Joana sobre a sua conduta.
- (B) em razão dos princípios da ética relacional, não deve se arvorar em órgão correcional de Joana.
- (C) deve notificar a Comissão de Ética a respeito da conduta de Joana, por ser contrária ao Código de Ética.
- (D) deve representar ao Presidente do Tribunal de Contas para que adote as providências cabíveis contra Joana, no plano estatutário.
- (E) deve informar ao seu superior hierárquico em relação à conduta de Joana, cabendo àquele comunicar ao superior hierárquico desta última.

29

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado de Goiás, em exercício há cinco anos ininterruptos, após regular processo administrativo-disciplinar, veio a ser demitido. O cargo que ocupava, por sua vez, de nomenclatura X, foi transformado no cargo Y, que passou a ser ocupado por Maria. A demissão de Pedro, no entanto, foi invalidada pelo Poder Judiciário.

De acordo com a Lei Estadual nº 20.756/2020, é correto afirmar que ocorrerá

- (A) a recondução de Pedro.
- (B) a reintegração de Pedro.
- (C) a disponibilidade de Pedro.
- (D) o reaproveitamento de Pedro.
- (E) o retorno de Pedro, e Maria será exonerada.

30

Ana, servidora pública no âmbito do estado de Goiás, em conluio com João, requereu o pagamento de determinado benefício estatutário ao qual sabidamente não tinha direito. Apesar da injuridicidade, João o deferiu poucos dias depois, tendo se iniciado, incontinenter, o recebimento mensal do benefício por Ana. Seis anos depois, os mecanismos de controle interno detectaram o ilícito praticado.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que, nos termos da Lei Estadual nº 13.800/2001,

- (A) apesar do tempo decorrido, a decisão pode ser anulada.
- (B) deve ser revogada a decisão que concedeu o benefício a Ana.
- (C) a decisão não pode ser modificada, pois a Administração Pública decaiu da possibilidade de modificá-la.
- (D) como Ana recebe o benefício mensalmente, a cada mês se reinicia o prazo prescricional de cinco anos para a anulação da decisão.
- (E) como o benefício foi integrado à esfera jurídica de Ana, operou-se o direito adquirido, logo, a decisão não pode ser modificada.

31

Maria, pessoa natural, com trinta anos de idade, que jamais tinha providenciado o seu alistamento eleitoral, almejava ter acesso a informações de interesse coletivo que se encontravam em poder de determinada estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado Alfa.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei Estadual nº 18.025/2013, é correto afirmar que Maria

- (A) ao formular o pedido de acesso à informação, deve se identificar e apresentar documento comprobatório de sua identidade.
- (B) precisa apresentar o pedido de acesso à informação por meio eletrônico, sendo vedado fazê-lo por meio físico.
- (C) deve apresentar o requerimento de acesso à informação com o uso de formulário padronizado.
- (D) deve apresentar justificativa para o acesso às informações almejadas.
- (E) não pode ter acesso às informações almejadas, isto por não ser cidadã.

32

Pedro, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, foi incumbido, por seu superior hierárquico, de encaminhar determinado expediente ao agente ou órgão competente para aprovar, anualmente, a programação financeira de desembolso do Tribunal.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Pedro concluiu corretamente que o processo deveria ser encaminhado

- (A) ao Plenário.
- (B) à Comissão de Finanças.
- (C) ao Presidente do Tribunal.
- (D) à Auditoria de Controle Interno.
- (E) ao Vice-Presidente do Tribunal.

33

João, servidor público ocupante de cargo em comissão no âmbito do poder Executivo do Estado de Goiás, foi afastado da direção do órgão público X, em razão de permissivo constante da Lei estadual nº 20.756/2020. Maria, por sua vez, que dirigia o órgão público Y, foi informada que iria substituir João.

Nessa situação, é correto afirmar que Maria, ao ser designada para substituir João

- (A) continuará no órgão público Y, e receberá a integralidade da retribuição estipendial do cargo de João, paga proporcionalmente aos dias de efetiva substituição.
- (B) continuará no órgão público Y, e poderá optar pela remuneração integral do cargo de João, ao invés daquela correspondente ao cargo que ocupa.
- (C) continuará no órgão público Y, e receberá 60% da retribuição estipendial do cargo de João, paga proporcionalmente aos dias de efetiva substituição.
- (D) continuará no órgão público Y, e não fará jus a qualquer retribuição estipendial pela acumulação do órgão público X.
- (E) será afastada do órgão público Y, em razão da vedação à acumulação de cargos.

Controle Externo

34

Um município brasileiro fictício promulgou lei instituindo nova modalidade de licitação denominada pife. Em seguimento, a novel legislação foi regulamentada pelo Prefeito Municipal e três editais de licitação, com a nova modalidade, foram publicados com o objetivo de contratar obras públicas.

O Corpo de Auditoria do Tribunal de Contas com jurisdição sobre o município examinou o caso e, considerando o disposto no artigo 22, XXVII da Constituição Federal que atribui competência privativa à União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas e indireta de todos os entes federados, representou ao Plenário quanto a constitucionalidade da norma.

Tendo por orientação o prescrito na Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a representação deve ser

- (A) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, porém não provida, uma vez que falece competência aos Tribunais de Contas para apreciação da constitucionalidade de leis.
- (B) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, e parcialmente provida, uma vez que o Tribunal de Contas poderá determinar a sustação dos editais de licitação, contudo não poderá se pronunciar quanto a lei e o decreto, haja vista falecer competência para apreciação da constitucionalidade.
- (C) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, e provida, determinando-se a sustação dos três editais e que a Administração Pública se abstenha de aplicar as referidas lei e regulamentação às suas licitações, uma vez que atos doravante praticados com base nos referidos normativos serão considerados como irregulares e implicarão na responsabilização pessoal dos agentes que lhes derem causa.
- (D) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, e provida, determinando-se a sustação dos três editais e, quanto as normas, somente sendo possível, representar ao poder competente à apreciação da inconstitucionalidade.
- (E) conhecida e provida, sendo declarada a inconstitucionalidade da norma com efeito *erga omnes*.

35

Em um Tribunal de Contas Estadual havia sete conselheiros, sendo quatro nomeados pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador do Estado. Ocorre que o decano da Corte de Contas se aposentou, conselheiro este que havia sido indicado pela Assembleia Legislativa, liberando sua vaga. Ocorre que, por razões históricas, as três indicações realizadas pelos Governadores à época foram de livre escolha, tendo sido preenchidas por membros da sociedade local, até então estranhos ao quadro de pessoal do Tribunal de Contas.

A par da situação, o Governador questionou a Procuradoria-Geral quanto a possibilidade de ele nomear um dentre os membros do Ministério Público junto à Corte de Contas de modo a garantir a sua representatividade no Plenário, em observância ao prescrito na Carta Magna.

Qual das alternativas apresenta parecer condizente à Súmula 653 e ao tema de repercussão geral 652, ambos do Supremo Tribunal Federal:

- (A) Se mostra plenamente possível, haja vista a necessidade de salvaguardar as regras da Constituição Federal.
- (B) Não se mostra possível a nomeação do membro do Ministério Público junto à Corte de Contas pelo Governador, contudo em observância da regra Constitucional deve a Assembleia Legislativa indicar um dos membros do *parquet* de contas.
- (C) A situação é possível, contudo, há precedência para a ocupação da vaga por um dentre os auditores-substitutos, pela ordem prescrita no texto constitucional.
- (D) A situação é possível desde que o texto da Constituição Estadual seja emendado de modo a modificar a divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- (E) É inconstitucional a nomeação, pelo Governador, de membro do Ministério Público junto à Corte de Contas para preenchimento de cargo vago de conselheiro quando se tratar de vaga reservada à escolha da Assembleia Legislativa.

36

Jucundido Francisco, servidor de um município brasileiro fictício, alcançou enfim o tempo de sua aposentadoria após décadas de labor. O processo de aposentadoria somente foi encaminhado para registro junto ao Tribunal de Contas Local após dois anos da concessão da aposentadoria à Jucundido Francisco. Passados três anos e meio de tramitação do processo na Corte de Contas o tribunal decidiu anular o ato de concessão de aposentadoria por verificação de algumas inconsistências.

Tendo por orientação o tema 445 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que melhor resolve a situação-problema apresentada.

- (A) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **5 anos** da publicação do ato no diário oficial.
- (B) O tribunal pode anular o ato de concessão de aposentadoria na situação em tela.
- (C) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **3 anos** a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- (D) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **2 anos** a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- (E) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **3 anos** da publicação do ato no diário oficial, cabendo responsabilizar o agente a que deu causa o atraso no envio.

37

O artigo 31 da Constituição Federal do Brasil estabelece que a fiscalização no âmbito municipal será conduzida pelo Poder Legislativo Municipal, por meio de controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, conforme determinado pela legislação.

Assinale a opção que indica o órgão que auxilia o controle externo da Câmara Municipal.

- (A) Controladoria do Estado.
- (B) Tribunal de Contas do Estado.
- (C) Secretaria da Fazenda.
- (D) Secretaria de Auditoria.
- (E) Conselho de Controle.

38

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 71, estabelece que o controle externo das contas públicas será realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Assinale a opção que indica uma competência do TCU.

- (A) avaliar a execução dos programas de governo.
- (B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador.
- (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias.
- (D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado.
- (E) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

39

O Sistema de Controle Externo, conforme estabelecido na Constituição do Estado de Goiás, é essencial para garantir a fiscalização efetiva e transparente da aplicação dos recursos públicos.

Assinale a opção que indica a instituição que exerce o assessoramento no controle externo do Poder Legislativo.

- (A) Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa.
- (B) Prefeitura Municipal.
- (C) Secretaria Estadual de Planejamento.
- (D) Câmara Municipal.
- (E) Controladoria do Estado.

40

A Constituição do Estado de Goiás dispõe sobre o Sistema de controle externo.

Analise os itens a seguir:

- I. O controle externo a cargo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do TCE-GO, que emitirá parecer prévio, no prazo de sessenta dias de sua apresentação, sobre as contas mensais e anuais do Município;
- II. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo TCE-GO, sobre as contas do Prefeito;
- III. A Câmara Municipal não julgará as contas, antes do parecer do TCE-GO, nem antes de escoado o prazo para exame dos contribuintes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

41

A Constituição do Estado de Goiás estabelece a atuação político-administrativa no estado.

Sobre o TCE-GO, analise os itens a seguir:

- I. Os cargos de Procurador de Contas integram quadro próprio do TCE-GO;
- II. O TCE-GO, integrado por cinco conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual;
- III. Os Conselheiros do TCE-GO têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

O artigo 25 da Constituição do Estado de Goiás estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, no que se refere à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Assinale a opção que indica uma competência do TCE.

- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente.
- (B) legislar sobre assuntos de seu interesse.
- (C) prestar contas da aplicação dos auxílios federais ou estaduais entregues ao Município.
- (D) julgar as contas dos responsáveis por bens, excluídas as fundações mantidas pelo Estado.
- (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, multa proporcional ao dano causado ao erário.

43

A Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, estabelece a Lei Orgânica do TCE-GO, regulamentando suas atribuições e funcionamento.

Sobre a jurisdição do TCE-GO, analise os itens a seguir:

- I. O TCE-GO tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência.
- II. A jurisdição do Tribunal exclui aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.
- III. A jurisdição do Tribunal abrange os dirigentes ou liquidantes de autarquias constituídas com recursos do Estado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44

As competências do Tribunal de Contas do Estado estão previstas nos artigos 25 e 26 da Constituição do Estado de Goiás e no art. 1º da Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (LOTCE).

Sobre as competências do TCE-GO, analise os itens a seguir:

- I. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- II. O TCE-GO terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar, diretamente ou por meio de seu corpo técnico, a qualquer tempo, todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições, não lhe podendo ser sonogado processo, documento ou informação, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.
- III. O Tribunal de Contas prestará contas anuais à Assembleia Legislativa, bem como encaminhará relatórios mensais e anual de suas atividades.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

As funções dos Tribunais de Contas são estipuladas na Lei Complementar nº 101/2000, que trata da responsabilidade fiscal no Brasil.

Assinale a opção que indica por quem as contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito dos Estados.

- (A) Presidentes do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Presidentes dos Tribunais Superiores.
- (C) Conselhos de Gestão Fiscal.
- (D) Presidentes dos Tribunais de Justiça.
- (E) Presidentes de Conselho de Administração.

46

A Lei nº 14.133/2021 define as funções dos Tribunais de Contas no contexto das normas que regem as licitações e contratos administrativos no Brasil.

Assinale a opção que indica uma função dos Tribunais de Contas constante na Lei nº 14.133/2021.

- (A) Julgar documentos relativos às licitações.
- (B) Promover gestão por competências.
- (C) Frustrar a competitividade em licitações com a participação de cooperativas.
- (D) Estabelecer tratamento igualitário entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- (E) Promover congressos sobre contratações públicas.

47

A Lei nº 9.504/1997 atribui funções específicas aos Tribunais de Contas no contexto das eleições e da fiscalização dos gastos públicos relacionados a campanhas políticas.

Assinale a opção que indica uma função dos Tribunais de Contas constante na Lei nº 9.504/1997.

- (A) Promover eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei por meio de suas escolas de contas.
- (B) Fiscalizar a execução do orçamento, inclusive a aplicação de recursos específicos, bem como sua compatibilização com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias.
- (C) Fornecer à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável, exceto em situações sob análise judicial ou com decisão favorável.
- (D) Prestar as informações solicitadas pela Assembleia ou por qualquer de suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (E) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades.

48

A Lei nº 9.717/1998 atribui funções específicas aos Tribunais de Contas no contexto da fiscalização e controle dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

Assinale a opção que indica uma função dos Tribunais de Contas constante na Lei nº 9.717/1998.

- (A) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades.
- (B) Realizar inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial.
- (C) Elaborar relatórios de transparência e informação social acerca das atividades da Corregedoria-Geral, contendo informações sobre os processos relativos à sua competência.
- (D) Verificar o cumprimento dos prazos legais, regimentais e regulamentares e, no caso de não observância, propor abertura de sindicância ou de processo administrativo disciplinar.
- (E) Manter cadastro de servidores submetidos a processo criminal ou administrativo ou punidos por infração de conduta funcional nos últimos cinco anos.

Auditoria Governamental

49

A NBASP 50 - Princípios de Atividades Jurisdicionais dos Tribunais de Contas desenvolve doze princípios adequados ao contexto específico das atividades jurisdicionais dos Tribunais de Contas.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. O Tribunal de Contas deve garantir que as pessoas responsáveis perante ele sejam submetidas a um julgamento justo, garantido por procedimentos legais.
- II. Qualquer julgamento do Tribunal de Contas deve ser aberto a objeções e reconsideração e estar sujeito a revisão ou anulação em conformidade com a legislação nacional.
- III. Uma pessoa pode ser condenada pela mesma irregularidade a várias sanções da mesma natureza impostas pelo Tribunal de Contas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

A NBASP 400 - Princípios de Auditoria de Conformidade estabelece diretrizes fundamentais para a realização de auditorias destinadas a verificar se as operações estão em conformidade com leis, regulamentos e normas aplicáveis.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. A auditoria de conformidade é a avaliação independente para determinar se um dado objeto está em conformidade com normas aplicáveis identificadas como critérios.
- II. As auditorias de conformidade são realizadas para avaliar se atividades, transações orçamentárias e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- III. A auditoria de conformidade é frequentemente parte integrante do mandato de uma Entidade Fiscalizadora Superior para a auditoria de entidades do setor público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

A NBASP 9020 - Avaliação de políticas públicas oferece orientações detalhadas para a avaliação rigorosa e abrangente das políticas públicas, visando aprimorar sua eficácia e impacto na sociedade.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. As Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) não são os únicos atores que podem realizar avaliações de políticas públicas.
- II. Organizações administrativas devem realizar avaliações de políticas públicas quando requisitadas por autoridades governamentais.
- III. Semelhantes as outras instituições públicas ou privadas, as EFS precisam demonstrar sua objetividade e comprovar sua independência do governo e de interesses privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Tanto a auditoria interna quanto a auditoria externa são essenciais para garantir a integridade, transparência e eficácia das operações de uma organização.

Assinale a opção que indica o Princípio Orçamentário que evita múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

- (A) Profundidade dos trabalhos maior e periodicidade dos testes menor.
- (B) Grau de independência menor e periodicidade dos testes maior.
- (C) Profundidade dos trabalhos menor e periodicidade dos testes maior.
- (D) Grau de independência maior e periodicidade dos testes menor.
- (E) Profundidade dos trabalhos maior e periodicidade dos testes maior.

53

O *compliance* é uma prática oriunda do marco regulatório corporativo anglo-saxão, particularmente o norte-americano. A legislação brasileira utiliza a terminologia de programas de integridade para se referir aos sistemas de *compliance*.

Assinale a opção que indica um marco legal de programas de integridade pública no Brasil.

- (A) Decreto da Governança.
- (B) Lei Anticorrupção.
- (C) Lei das Estatais.
- (D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Decreto de Acesso à Informação.

54

O Framework de Controle Interno Integrado do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, originalmente emitido em 1992 e atualizado em 2013, consolidou a ideia de gestão de riscos corporativos e apresentou um conjunto de princípios e boas práticas de gestão e controle interno.

Assinale a opção que indica uma característica da versão atualizada em 2013.

- (A) Complementação de resposta a riscos.
- (B) Verificação de conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley.
- (C) Destaque para os riscos na melhoria da performance.
- (D) Aplicação da gestão de riscos no setor público.
- (E) Destaque para os riscos no estabelecimento da estratégia.

55

As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), visam promover a realização de auditorias independentes e eficazes pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).

Sobre auditoria governamental segundo a INTOSAI, analise os itens a seguir:

- I. As EFS podem optar por compilar um único documento normativo, uma série de tais documentos ou uma combinação de documentos normativos e outros documentos oficiais;
- II. As EFS devem declarar quais normas elas aplicam na execução de suas auditorias, e essa declaração deve ser acessível para os usuários dos seus relatórios;
- III. As EFS podem decidir adotar as Diretrizes Gerais de Auditoria como suas normas oficiais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Os princípios de auditoria constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) são fundamentais para a condução de uma auditoria.

Assinale a opção que indica o princípio que enfatiza a necessidade de comunicação eficaz por parte dos auditores ao longo de todo o processo de auditoria.

- (A) Ética e independência.
- (B) Controle de qualidade.
- (C) Comunicação.
- (D) Gestão de equipes de auditoria e habilidades.
- (E) Julgamento, devido zelo e ceticismo profissionais.

57

A Declaração de Lima é considerada a Carta Magna da auditoria governamental, uma vez que lançou as bases do controle público.

Sobre a Declaração de Lima, analise os itens a seguir:

- I. O principal objetivo da Declaração de Lima é defender a necessidade de uma fiscalização independente do setor público.
- II. Dada a importância histórica e institucional global deste documento, a Declaração de Lima foi oficialmente integrada à estrutura da NBASP.
- III. A Declaração de Lima se fundamenta no Estado de Direito e na Democracia, premissas para uma fiscalização do setor público dependente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

A NBASP 10 tem como objetivo definir, no nível institucional, os princípios relacionados ao pré-requisito da independência e as diretrizes que devem reger a atuação independente dos Tribunais de Contas.

Sobre a NBASP 10 - Independência dos Tribunais de Contas, analise os itens a seguir:

- I. O auxílio prestado pelos Tribunais de Contas ao Poder Legislativo, conforme art. 71 da Constituição Federal, representa subordinação hierárquica.
- II. Os Tribunais de Contas somente podem exercer suas funções com objetividade quando são independentes das entidades fiscalizadas e estão protegidos contra influências externas.
- III. Embora se reconheça que as instituições do Estado não podem ser totalmente independentes, os Tribunais de Contas devem exercer sua independência funcional e organizacional no cumprimento de suas competências constitucionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

59

A NBASP 10 traz os princípios que devem ser observados pelo Tribunal de Contas para preservar a sua independência institucional, o que tem impactos na imparcialidade e na credibilidade das conclusões de seus trabalhos e relatórios.

Assinale a opção que indica o princípio que afirma que os Tribunais de Contas devem operar sem sofrer ingerência por parte da Administração Pública sobre o desempenho das suas funções.

- (A) Independência dos Tribunais de Contas para o desempenho de suas competências.
- (B) Acesso irrestrito a informações.
- (C) Prevenção ao conflito de interesses.
- (D) Previsão legal da independência dos Tribunais de Contas.
- (E) Cooperação interinstitucional sem prejuízo da independência e da autonomia.

60

A NBASP 20 objetiva promover os princípios de transparência e de *accountability* nos Tribunais de Contas, que devem atuar de forma exemplar, mediante a aplicação destes princípios em todos os seus atos.

Sobre a NBASP 20 - Transparência e *Accountability*, analise os itens a seguir:

- I. Os Tribunais de Contas devem atuar sob normas a partir das quais seja possível responsabilizar seus membros e servidores.
- II. É recomendável que os Tribunais de Contas divulguem ao público as informações básicas sobre suas competências, suas responsabilidades, sua missão, sua estratégia e suas atividades em uma das línguas oficiais da Intosai, além da língua portuguesa.
- III. Os Tribunais de Contas devem ter regras ou códigos de ética, políticas e práticas que estejam alinhados com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, especialmente a NBASP 130.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Constitucional

61

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Estado Alfa, e que se encontrava na segunda classe de sua carreira, tomou conhecimento de que estavam sendo realizados estudos, ainda embrionários, em relação à possibilidade de a sua sistemática estipendial ser alterada para o formato de subsídios.

Ao se inteirar dos balizamentos constitucionais afetos a essa temática, Maria concluiu corretamente que

- (A) somente os agentes políticos estão sujeitos à sistemática de subsídios, logo, não pode ser aplicada a ela.
- (B) caso a sistemática de subsídios seja implementada, deve ser assegurado o direito de opção aos servidores que já ocupam cargos públicos.
- (C) há mora legislativa do Estado Alfa, pois é obrigatória a submissão, à sistemática de subsídios, dos servidores organizados em carreira.
- (D) subsídio é apenas um designativo atribuído à retribuição estipendial paga aos servidores, logo, sua implementação não afetará a situação jurídica dela.
- (E) não há óbice a que a sistemática de subsídios seja estendida a servidores como Maria, mas, nesse caso, ela não poderá receber adicional por tempo de serviço.

62

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa encaminhou o projeto de lei orçamentária anual, abrangendo todos os Poderes e instituições constitucionais que gozam de autonomia financeira. No âmbito da Comissão competente da Assembleia Legislativa, que deve emitir parecer sobre a temática, os seus integrantes estavam propensos a apresentar emendas, devidamente compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, com o objetivo de aumentar os valores a serem direcionados a certas políticas públicas.

Ao consultarem seus assessores a respeito dos balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional a respeito da temática, foi-lhes corretamente informado que

- (A) podem ser utilizados, como fontes de recursos das emendas, valores que seriam direcionados ao pagamento de juros da dívida pública interna mobiliária.
- (B) somente podem ser utilizados recursos afetos às transferências tributárias constitucionais para os entes subnacionais.
- (C) para que as emendas possam ser apresentadas, é necessário que seja ampliada, de modo justificado, a estimativa da receita para o respectivo exercício financeiro.
- (D) é vedada a apresentação de emendas dessa natureza, considerando a iniciativa privativa do Governador do Estado para que seja iniciado o processo legislativo.
- (E) é admitida a apresentação das emendas, desde que anulada alguma despesa, a exemplo das despesas de capital.

63

Maria, estagiária em um escritório de advocacia, foi incumbida, por um advogado sênior, da obrigação de verificar as causas de natureza cível de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, de modo a identificar se competiria a esse órgão processar e julgar mandado de segurança a ser impetrado contra autoridade estadual.

Ao analisar a sistemática vigente, Maria concluiu corretamente que deveria pesquisar

- (A) no Código de Processo Civil.
- (B) na Constituição da República.
- (C) na Constituição do Estado Alfa.
- (D) na lei de organização e divisão judiciária.
- (E) em resolução do Conselho Nacional de Justiça.

64

Maria, Joana e Antônio, respectivamente, brasileira nata, brasileira naturalizada e ugandense residente no território brasileiro, consultaram um especialista em relação à existência, ou não, de distinção em relação à situação jurídica de cada qual considerando os direitos fundamentais e os direitos políticos.

O especialista respondeu corretamente que, à luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República,

- (A) os três possuem os mesmos direitos fundamentais, mas, atendidos os requisitos exigidos, não há identidade em relação aos direitos políticos.
- (B) Maria e Joana possuem os mesmos direitos políticos, apesar de a naturalização desta última poder ser cassada.
- (C) diversamente de Maria e Joana, Antônio não possui direitos fundamentais e, por via reflexa, não possui direitos políticos.
- (D) somente possuem direitos políticos aqueles que possuem direitos fundamentais, logo, os três os possuem.
- (E) Maria e Joana não possuem os mesmos direitos fundamentais, e Antônio não pode usufruir de direitos políticos.

65

Mara, de nacionalidade brasileira, casou com Stevenson, de nacionalidade holandesa, e passou a viver na Áustria. Com o objetivo de facilitar sua integração no país em que residia, não como requisito para a fruição de direitos civis, Mara decidiu se naturalizar austríaca.

Após alguns anos, Mara consultou a legislação vigente com o objetivo de verificar a possibilidade de vir a perder a nacionalidade brasileira, tendo concluído corretamente que

- (A) ao casar com Stevenson, em razão do *jus nuptias*, ela adquiriu a nacionalidade holandesa, perdendo a brasileira;
- (B) ao se naturalizar austríaca, nas circunstâncias indicadas, ela perdeu a nacionalidade brasileira;
- (C) não será possível a realização do desiderato de Mara, pois se tornará apátrida, o que é vedado;
- (D) a nacionalidade, por estar integrada aos direitos da personalidade, é irrenunciável;
- (E) ela terá que fazer pedido expresso à autoridade brasileira.

66

O Estado Alfa editou a Lei nº X, em matéria de competência legislativa concorrente com a União, em momento no qual este ente federativo ainda não tinha editado nenhuma norma a respeito da temática. Apesar desse diploma normativo ter sido enaltecido pela coletividade, muitos argumentavam com a sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que o Estado Alfa

- (A) não poderia ter editado a Lei nº X enquanto a União não legislasse sobre a temática.
- (B) somente poderia legislar sobre a temática se houvesse lei complementar autorizando-o.
- (C) editou corretamente a Lei nº X, e, caso colida com norma geral que venha a ser editada pela União, continuará válida, mas se tornará ineficaz.
- (D) tinha competência legislativa plena para legislar sobre a temática, sendo que a Lei nº X será tida como revogada quando sobrevier a lei da União.
- (E) pode legislar sobre a temática, sendo que a Lei nº X tem preeminência, no âmbito do seu território, em relação às normas gerais que venham a ser editadas pela União.

Noções de Direito Administrativo

67

No exercício da atribuição de avaliar as prestações de contas realizadas no âmbito das parcerias formalizadas com fulcro na Lei nº 13.019/2014, a autoridade competente deparou-se com as seguintes situações:

- I. Omissão no dever de prestar contas;
- II. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- III. Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.

Diante dessa situação hipotética, considerando que foram comprovadas as aludidas circunstâncias, é correto afirmar que deve ser avaliado regular, com ressalvas, o cenário descrito

- (A) no item I, apenas.
- (B) no item II, apenas.
- (C) nos itens I e III, apenas.
- (D) em todos os itens.
- (E) em nenhum dos itens.

68

Após a fase de habilitação em determinado procedimento licitatório, realizado na modalidade concorrência, que seguiu a sequência estabelecida como regra na Lei nº 14.133/2021, surgiram dúvidas sobre o adequado encadeamento do certame, bem como quanto à viabilidade de apresentação de recursos administrativos, assim também acerca das peculiaridades das irrisignações previstas na aludida norma.

Nesse contexto, considerando o disposto no mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que a fase de habilitação em questão

- (A) é seguida da fase de julgamento, sendo certo que essa última só pode ser realizada após a apreciação dos recursos apresentados na fase anterior, diante de efeito suspensivo conferido às irrisignações formuladas durante o procedimento.
- (B) é seguida da apreciação dos respectivos recursos, sendo certo que aqueles atinentes ao julgamento das propostas já foram examinados, antes da habilitação, diante do efeito suspensivo de tais irrisignações em sede administrativa.
- (C) é seguida da homologação do certame, momento em que serão apreciados os recursos contra a habilitação e julgamento, mesmo que, em regra, tais irrisignações não tenham efeito suspensivo, para que então possa ser promovido o encerramento do procedimento licitatório.
- (D) é seguida da recursal, sendo certo que os recursos são dotados de efeito suspensivo e apreciados em fase única quanto às questões atinentes à habilitação e ao julgamento, dependendo, no entanto, da imediata manifestação da intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- (E) é seguida da fase de encerramento, que poderá resultar na homologação, anulação ou revogação da licitação, independentemente da apreciação de recursos administrativos quanto as questões atinentes à habilitação e ao julgamento, que não são dotados de efeito suspensivo.

69

A Lei nº 13.303/2016 estabelece que os órgãos de controle externo e interno das três esferas de governo fiscalizarão as empresas públicas e as sociedades de economia mista a eles relacionados, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

Acerca do mencionado tema, à luz da referida norma, é correto afirmar que

- (A) as ações e deliberações do órgão ou ente de controle não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas e das sociedades de economia mista a eles submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.
- (B) é vedado que os Tribunais de Contas realizem o controle externo em relação às licitações e contratos formalizados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, considerando a natureza jurídica de tais entidades administrativas.
- (C) as gravações e filmagens existentes de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos conselhos de administração ou fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista, não poderão ser disponibilizados para os órgãos de controle, no âmbito dos trabalhos de auditoria.
- (D) o exercício da supervisão por vinculação da empresa pública ou da sociedade de economia mista, pelo órgão a que se vincula, enseja necessariamente a redução da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou inerente a sua natureza, autorizando, assim, a ingerência do supervisor em sua administração e funcionamento.
- (E) para a realização da aludida atividade fiscalizatória, os órgãos de controle deverão ter acesso às informações e aos documentos necessários à realização dos trabalhos, ressalvados aqueles classificados como sigilosos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, nos termos da legislação de regência.

70

Certo Tribunal de Contas, no âmbito de sua competência, realizou uma tomada de contas especial, para fins de verificar a regularidade no cumprimento de determinado convênio interfederativo de repasse de verbas e promover a responsabilização pessoal dos envolvidos, dentre os quais o prefeito do Município Alfa.

Considerando as disposições constitucionais acerca do controle exercido pelas Cortes de Contas e a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que, em relação à mencionada tomada de contas especial

- (A) não é possível que o Tribunal de Contas aprecie condutas e gastos realizados pelo prefeito, considerando que a Constituição determina que o julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo deve ser realizado pela respectiva Casa Legislativa.
- (B) cabe ao Tribunal de Contas apenas apreciar a regularidade dos gastos realizados pelo prefeito, mediante a elaboração de parecer, cuja conclusão apenas deixa de prevalecer pela votação de 2/3 (dois terços) da Câmara de Vereadores.
- (C) deve aplicar as sanções pertinentes ao prefeito, em decorrência da apuração de irregularidades no convênio em questão, considerando ser o órgão responsável pelo julgamento anual das contas do Chefe do Poder Executivo.
- (D) não pode ser compreendida como atribuição autônoma do Tribunal de Contas, de modo que eventual aplicação de penalidade ao Chefe do Poder Executivo, em decorrência de irregularidades no convênio em questão, deve ser submetida à apreciação da Casa Legislativa.
- (E) pode promover a condenação administrativa do Chefe do Poder Executivo, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento do convênio em questão, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

71

Ao estudar a remuneração, direitos e vantagens no âmbito da remuneração dos agentes públicos, Helena verificou que o subsídio é uma espécie remuneratória que tem definição constitucional, de modo que decidiu aprofundar os estudos acerca das respectivas peculiaridades.

Nesse contexto, considerando o disposto na CRFB/88 e a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o subsídio

- (A) não é a espécie remuneratória dos Secretários de Estado.
- (B) não deve obedecer ao teto constitucional de remuneração.
- (C) pode ser instituído e majorado por Decreto.
- (D) não pode ser utilizado para a remuneração dos servidores de carreira.
- (E) não abarca as parcelas indenizatórias pagas aos agentes públicos.

72

Marcela e Maíra estavam debatendo sobre o regime jurídico dos bens das autarquias e das sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, distribuem lucro entre seus acionistas e não realizam serviços públicos, situação em que concluíram corretamente que

- (A) os bens das autarquias podem ser usucapidos.
- (B) os bens de ambas as mencionadas entidades administrativas são inalienáveis.
- (C) os bens das referidas sociedades de economia mista são imprescritíveis.
- (D) os bens dominicais das autarquias são passíveis de alienação, observadas as exigências legais.
- (E) os bens das aludidas sociedades de economia mista são impenhoráveis.

73

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 é cabível a manifestação de irresignação do interessado na esfera administrativa, na forma e prazos estabelecidos na mencionada norma, sendo correto afirmar que o pedido de reconsideração é pertinente na hipótese de

- (A) julgamento das propostas.
- (B) anulação ou revogação da licitação.
- (C) ato de habilitação ou inabilitação de licitante.
- (D) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral da Administração.
- (E) aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

74

Após os devidos trâmites, com vistas a atender antiga demanda da coletividade, o Estado Delta fez publicar um Decreto expropriatório por interesse social, a fim de viabilizar o estabelecimento e a manutenção de cooperativas de trabalho agrícola, que recai sobre o imóvel rural de Josué.

Acerca da mencionada situação hipotética, é correto afirmar que o Estado Delta

- (A) tem o prazo de cinco anos para ajuizar a respectiva ação de desapropriação.
- (B) não tem competência para desapropriar imóvel rural.
- (C) deve promover a justa indenização por meio de títulos da dívida agrária.
- (D) não poderia realizar a desapropriação para a finalidade social em comento.
- (E) há de realizar a venda ou a locação dos bens desapropriados a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista no Decreto.

75

Sérgio, no exercício de suas atribuições como Analista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, deparou-se com um procedimento administrativo envolvendo o controle externo de legalidade sobre determinado ato discricionário do Poder Executivo.

Acerca da aludida temática, é correto afirmar que

- (A) é possível a revogação do ato administrativo pela Corte de Contas.
- (B) não é possível o controle externo de ato discricionário pela Corte de Contas.
- (C) é possível sindicatar o mérito administrativo no exercício do controle externo pela Corte de Contas.
- (D) não é possível que a Corte de Contas substitua o Poder Executivo no exercício da discricionariedade.
- (E) é possível anular o ato discricionário em questão por razões de conveniência e oportunidade da Corte de Contas.

76

Considerando a natureza dos serviços públicos e as peculiaridades previstas no ordenamento pátrio, é correto afirmar que pode ser objeto de uma concessão patrocinada

- (A) a delegação de atividade que tenha como objeto único a realização de uma obra pública.
- (B) a delegação do exercício do poder de polícia, com relação a todas as fases que compõem o respectivo ciclo.
- (C) a delegação do serviço de veículo leve sobre trilhos, com a previsão de instalação da respectiva infraestrutura e manutenção, mediante a cobrança de tarifa dos usuários.
- (D) a delegação da construção de uma universidade pública e a prestação do respectivo serviço de educação no estabelecimento oficial, mediante a cobrança de mensalidades.
- (E) a delegação do serviço de iluminação pública, mediante a realização de obras e manutenção da respectiva infraestrutura.

Administração Financeira e Orçamentária

77

As etapas da receita orçamentária são um conjunto de procedimentos fundamentais para a gestão financeira dos governos.

Assinale a opção que indica a etapa de transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

- (A) Previsão.
- (B) Arrecadação.
- (C) Recolhimento.
- (D) Lançamento.
- (E) Ingresso.

78

A classificação da despesa pública é essencial para o controle e a gestão eficiente dos recursos governamentais, permitindo a identificação e a análise detalhada dos gastos de acordo com sua natureza, finalidade e órgão responsável.

Assinale a opção que indica o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

- (A) Função.
- (B) Subfunção.
- (C) Atividade.
- (D) Projeto.
- (E) Classificação funcional.

79

A execução da despesa orçamentária é uma fase crucial no processo de gestão financeira do setor público. Nesta etapa, os recursos autorizados pelo orçamento são efetivamente utilizados para financiar as atividades e projetos planejados.

Assinale a opção que indica o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente.

- (A) Empenho.
- (B) Liquidação.
- (C) Pagamento.
- (D) Processamento.
- (E) Restos a Pagar.

80

Na análise das matérias orçamentárias, os membros das casas Legislativas desempenham uma variedade de atividades abrangentes, que englobam estudos, avaliações, debates, consultas e a busca ativa por informações.

As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso

- (A) indiquem um aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa.
- (B) anulem dotações que envolvam gastos com pessoal e encargos, serviço da dívida e transferências tributárias intergovernamentais.
- (C) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (D) sejam compatíveis com o plano plurianual ou com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

81

O ciclo orçamentário compreende as seguintes etapas essenciais: elaboração da proposta, apreciação legislativa, execução, controle e avaliação. Este ciclo representa o período em que ocorrem as atividades fundamentais do orçamento público, desde sua concepção inicial até a avaliação final de seu desempenho.

Sobre o ciclo orçamentário, analise os itens a seguir:

- I. A elaboração da proposta orçamentária envolve a consolidação pelo Poder Executivo do projeto da lei orçamentária anual, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Legislativo para apreciação;
- II. A avaliação orçamentária consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas na LOA e da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- III. A execução orçamentária compreende a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral da União, visando à realização das ações atribuídas às unidades orçamentárias. Envolve os três estágios da receita: empenho, liquidação e pagamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

82

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

Sobre Restos a Pagar, analise os itens a seguir:

- I. A obrigatoriedade do gestor público, no último ano do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito;
- II. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar;
- III. A vedação do gestor público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

83

Suprimento de fundos é um adiantamento concedido ao servidor para pagamento de despesas, com prazo certo para utilização e comprovação de gastos.

Sobre Suprimento de Fundos, analise os itens a seguir:

- I. A concessão do benefício ocorre por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF);
- II. O CPGF foi criado para substituir o uso de cheques na Administração Pública;
- III. O Portal da Transparência do Governo Federal publica, semanalmente, as faturas dos cartões de pagamentos utilizados pelo Poder Executivo Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

84

O Elemento de Despesa Orçamentária identifica os diferentes objetos de gastos, como salários, juros, materiais, serviços, subvenções, obras, equipamentos e outros utilizados pela administração pública para atingir seus objetivos.

Assinale a opção que indica o Elemento de Despesa Orçamentária referente aos encargos da entidade patrocinadora no regime de previdência fechada, para complementação de aposentadoria.

- (A) 01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.
- (B) 03 – Pensões.
- (C) 06 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso.
- (D) 07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência.
- (E) 13 – Obrigações Patronais.

85

Na classificação da despesa com aquisição de material, devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo.

Assinale a opção que indica o Critério da Transformabilidade.

- (A) se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.
- (B) se sua estrutura for quebradiça, deformável ou danificável.
- (C) se está sujeito a modificações químicas ou físicas.
- (D) se está destinado à incorporação a outro bem.
- (E) se foi adquirido para fim de transformação.

86

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Assinale a opção que indica o Princípio Orçamentário que evita múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

- (A) Anualidade.
- (B) Universalidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Unidade.
- (E) Orçamento bruto.

Administração e Políticas Públicas

87

O Referencial Estratégico das Organizações é uma bússola que orienta as ações e decisões, fornecendo uma visão clara dos objetivos e direcionamentos a serem seguidos para alcançar o sucesso.

Sobre o Referencial Estratégico das Organizações, analise os itens a seguir:

- I. Objetivos e metas são os resultados desejados.
- II. Key performance indicators (KPIs) são informações para avaliar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e se os cursos de ação escolhidos são apropriados.
- III. Avaliação é o processo de determinar se a realização dos objetivos está alcançando os efeitos pretendidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

88

A matriz GUT é uma ferramenta de análise que ajuda a priorizar problemas ou situações, considerando sua gravidade, urgência e tendência de crescimento, facilitando a tomada de decisões assertivas.

Sobre a matriz GUT, é correto o que se afirma em

- (A) Gravidade questiona “a ação pode aguardar?”
- (B) Urgência questiona “a ação é relativamente importante?”
- (C) Urgência questiona “a situação vai melhorar?”
- (D) Tendência questiona “a ação é extremamente importante?”
- (E) Tendência questiona “a situação vai piorar?”

89

A Gestão de Pessoas por Competências enfoca o desenvolvimento e alinhamento das habilidades individuais com os objetivos organizacionais, promovendo o crescimento profissional e a eficiência nos resultados.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que apresenta uma competência organizacional.

- (A) Marketing.
- (B) Imagem.
- (C) Motivação.
- (D) Impulso.
- (E) Flexibilidade.

90

Accountability é a responsabilidade e prestação de contas transparente e ética que as organizações e indivíduos assumem perante suas ações e resultados, promovendo a confiança e a credibilidade em suas atividades.

Assinale, dentre as opções a seguir, o tipo de *accountability* que compreende a fiscalização e controle mútuo dos Três Poderes, através de órgãos legalmente estabelecidos para essa finalidade – um sistema de *checks and balances* (freios e contrapesos) previsto na Constituição, que inclui Tribunais de Contas, Ministério Público, controladorias e agências fiscalizadoras.

- (A) Vertical.
- (B) Societal.
- (C) Holístico.
- (D) Horizontal.
- (E) Social.

91

Os princípios de governança pública são fundamentos orientadores que promovem a transparência, a responsabilidade, a eficácia e a equidade nas ações e decisões do setor público, visando ao interesse público e ao desenvolvimento sustentável.

Assinale, dentre as opções a seguir, a que compreende princípios de governança pública.

- (A) Integridade, melhoria regulatória e transparência.
- (B) Competência, responsabilidade e transparência.
- (C) Integridade, liderança e motivação.
- (D) Competência, integridade e liderança.
- (E) Integridade, melhoria regulatória e liderança.

92

A evolução da Administração Pública, do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, reflete uma transição de estruturas hierárquicas e procedimentos formais para abordagens mais flexíveis, participativas e orientadas para resultados.

Sobre o modelo racional-legal de administração pública, assinale a afirmação correta.

- (A) Procura otimizar a eficiência.
- (B) Pretende gerar valor público.
- (C) Busca uma maior integração com o mercado.
- (D) Visa maior capacidade de idealizar políticas públicas.
- (E) Promove uma abordagem participativa em rede.

93

A Constituição Federal de 1988 determinou que o controle externo da administração pública brasileira seja conduzido pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público. Essas instituições possuem autonomia formal em relação ao governo, sendo responsáveis por fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, garantir a transparência nos atos de gestão e fortalecer a participação da sociedade civil. Além disso, têm o poder de atuar mediante solicitação do cidadão, ampliando assim o controle democrático sobre a administração pública.

Com relação à *accountability*, analise os itens a seguir:

- I. O conceito de *accountability* é fundamental na teoria democrática moderna, uma vez que estabelece que os governantes e ocupantes de funções públicas devem prestar contas à sociedade, seguindo critérios democráticos que definem o propósito e o alcance de cada instituição.
- II. O que deve ser prestado conta à sociedade não é apenas determinado pelos ocupantes dos cargos públicos, mas sim por um processo amplo que engloba a criação de leis por políticos eleitos, a interação de controles entre os poderes para evitar a centralização decisória e a definição de padrões republicanos para evitar o exercício personalizado do poder ou a influência de grupos de interesse.
- III. A lógica da transparência apresentada pelo ideário do governo aberto pode levar a uma falácia em torno da *accountability*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

94

O planejamento nas organizações públicas é uma pedra angular para garantir a eficiência e a eficácia na entrega de serviços à sociedade. No entanto, é imperativo reconhecer que esse processo está passando por uma redefinição e realinhamento devido às transformações significativas na realidade contemporânea. Tais mudanças são impulsionadas pela globalização, avanços tecnológicos e evolução das expectativas dos cidadãos. Assim, o planejamento público está se adaptando dinamicamente para abraçar essas mudanças, garantindo que os serviços oferecidos estejam alinhados com as necessidades emergentes da comunidade e sejam entregues de maneira efetiva e oportuna.

Assinale, dentre as opções a seguir, a que apresenta uma mudança da função de planejamento.

- (A) O enfoque no potencial é substituído pela ênfase na previsão, direcionando a atenção para a elaboração de cenários futuros.
- (B) As fronteiras entre o planejamento estratégico e o planejamento tático se mesclam de forma dissociável.
- (C) A transição de uma estrutura organizacional horizontal e aberta para um processo flexível, no qual as relações que facilitam a troca de informações predominam.
- (D) A base do novo planejamento muda de uma estrutura organizacional vertical e hierárquica para um processo fluido, horizontal e livre.
- (E) O conteúdo estratégico tem maior importância do que o processo estratégico.

Noções de Análise de Dados

95

Considere a seguinte amostra de idades:

20, 21, 19, 20, 20

A variância amostral dessas idades pode ser igual a

- (A) 0,50
- (B) 0,56
- (C) 0,60
- (D) 0,62
- (E) 0,64

96

Numa população, 50% das pessoas sofrem de um certo mal.

Se um grupo de 5 pessoas for aleatoriamente sorteado, com reposição, dessa população, a probabilidade de que duas dessas pessoas sofram desse mal é aproximadamente igual a

- (A) 0,26
- (B) 0,31
- (C) 0,36
- (D) 0,41
- (E) 0,46

97

Considere uma variável aleatória X com distribuição normal com média μ e variância σ^2 e avalie se as seguintes afirmativas estão corretas:

- I. A variável $Z = (X - \mu)/\sigma$ tem distribuição normal com média 0 e variância 1.
- II. A probabilidade $P[\mu - 2\sigma < X < \mu + 2\sigma]$ é aproximadamente igual a 95%.
- III. $P[X < \mu] = 0,5$

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

98

Num processo de estimação pontual de um parâmetro θ por um estimador T , avalie se as seguintes propriedades de T são desejáveis:

- I. T deve ser tendencioso para θ .
- II. T deve ter variância pequena.
- III. T deve ter o maior erro quadrático médio possível.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

99

Em relação à Análise da Variância (ANOVA), as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) É um método para testar a igualdade de três ou mais médias populacionais, baseado na análise das variâncias amostrais.
- (B) Os dados amostrais são separados em grupos segundo uma característica denominada fator. Fator (ou tratamento) é uma característica que permite distinguir diferentes populações umas das outras.
- (C) Cada fator contém dois ou mais grupos (classificações).
- (D) Amostras são aleatórias e mutuamente dependentes.
- (E) Suposições incluem: populações normalmente distribuídas e de mesma variância.

100

O professor calculou a média das notas de 9 alunos numa prova e obteve 5,5. Notou então que faltou avaliar uma prova de um décimo aluno, corrigiu a referida prova e deu nota 8,5 a ela.

A nova média, agora dos dez alunos, foi então igual a

- (A) 5,6
- (B) 5,7
- (C) 5,8
- (D) 5,85
- (E) 5,9

Realização

